



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO  
POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO  
DA DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE  
DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2017**

Parlamento Nacional, Díli  
9 de dezembro de 2016

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional  
Suas Excelências Senhores Vice-Presidentes  
Distintos Deputados  
Colegas Membros do Governo  
Povo de Timor-Leste,

Gostaria de sublinhar e agradecer a **forma democrática e construtiva** com que foi debatido o Orçamento Geral do Estado para 2017, quer na generalidade, quer durante as discussões na Comissão Eventual e, ainda, durante este último debate na especialidade.

Felicito também a decisão do Parlamento Nacional em constituir a Comissão Eventual, como forma de agilizar os trabalhos, sem lhes retirar a transparência e o rigor, antes pelo contrário, permitindo, que este processo de apreciação do Orçamento continuasse a ser um exercício eficaz.

Agradeço, ainda, as cerca de 80 propostas submetidas pelos ilustres deputados, que mereceram a nossa melhor atenção e que durante 3 dias foram discutidas de forma democrática e franca de forma a que, na medida das possibilidades, pudessem ser acomodadas sem que isso compromettesse o teto fiscal inicialmente estabelecido e, ao mesmo tempo, não desvirtuassem, os compromissos do Governo no que concerne à implementação dos projetos, programas e atividades propostos para 2017.

A reflexão conjunta feita durante a Comissão Eventual foi um exercício bastante flexível e revelador da maturidade com que o Parlamento Nacional e o Governo trabalham para o mesmo propósito, o de se certificar que os dinheiros públicos são utilizados para proporcionar uma melhoria das condições de vida do nosso povo e o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Nesse sentido, o Governo reitera o compromisso de levar a cabo o programa do seu mandato e de continuar empenhado na evolução dos progressos já alcançados, apostando na construção de infraestruturas transversais e plurianuais que vão permitir dinamizar a economia não petrolífera e aumentar a sustentabilidade do nosso projeto de desenvolvimento. O setor social, assim como a melhoria da prestação de serviços ao povo, continuarão a fazer parte dos objetivos principais do Governo.

Por isso, durante a Comissão Eventual, ficámos satisfeitos em conseguir acomodar as propostas de alteração orçamental, muitas delas através do exercício de ajuste interno pelas instituições do Governo, de forma a não prejudicar a reserva de contingência para o fim a que se destina, ou seja, em situações de despesas urgentes, imprevisíveis e inadiáveis e também sem prejuízo do Fundo de Infraestruturas, não comprometendo a continuidade e sustentabilidade dos projetos já iniciados.

Estamos, também, bastante satisfeitos pelo facto de chegarmos a um consenso no sentido de concretizar o reforço das instituições da justiça que, com a flexibilidade possível, vai permitir contratar assistência técnica internacional – magistrados, auditores e demais assessoria técnica – para a Defensoria Publica, Ministério Público e Tribunais, e assegurar

também a implementação do Estatuto Remuneratório dos Magistrados e de funcionários administrativos e novos oficiais de justiça.

Conseguir abranger os funcionários do Parlamento Nacional, da Região Autónoma Especial de Oe-cusse Ambeno e das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado com o regime contributivo de segurança social foi outro aspeto bastante positivo durante a Comissão Eventual.

Gostaria de destacar também a disponibilidade do Parlamento Nacional em integrar o orçamento da segurança social – proposto separadamente pelo Governo uma vez que o regime geral da segurança social estava ainda a ser considerado – na lei do Orçamento Geral do Estado para 2017. Considerando que os dois orçamentos estão relacionados, o Governo defende também o princípio da unidade e da universalidade do Orçamento de Estado numa só lei.

Excelências, Senhoras e Senhores, Povo de Timor-Leste,

Aproveito para recordar que este é o último orçamento de Estado deste Governo. O orçamento que viemos propor a esta Magna Casa foi aprovado na generalidade por Vossas Excelências, ilustres deputados, por unanimidade, como acontece desde há três anos.

A aprovação por unanimidade deste instrumento de gestão significa que existe em Timor-Leste um consenso geral na construção e no desenvolvimento do nosso Estado, da nossa Nação.

Significa que, apesar das divergências de ideias que existem, conseguimos democraticamente trabalhar chegando até a uma nova conjuntura política e a um consenso político. Consenso político esse que, a par de outros feitos, faz de Timor-Leste um exemplo para países em vias de desenvolvimento. Tem também sido este facto, um dos motivos que tem permitido que as outras nações em desenvolvimento vejam Timor-Leste como um caso de sucesso. Um consenso que nos tem permitido conduzir o nosso país para o sucesso, um consenso que nos tem permitido conduzir o país para o desenvolvimento sustentável.

Este não é um consenso que tem intenção de dividir Timor-Leste segundo os interesses de uma pessoa ou de um grupo ou para seguir um ou duas pessoas ou um ou dois grupos. Ineficiência, esbanjamento e corrupção são um risco para o investimento público e podem acontecer independentemente do consenso político.

A conjuntura política e o consenso político, que podem ser mais ricos ou mais pobres desde 2013 são, do meu ponto de vista, como um exemplo concreto da sábia filosofia dos nossos antepassados que também serve como base para a relação socioantropológica “fetosá-umane” <sup>(1)</sup>, ou da filosofia onde a premissa importante é “quando a comida é crua, é de cada um, quando está cozinhada é de todos”.

Porque o consenso político é uma forma importante de contribuir para a construção do Estado, da Nação e do desenvolvimento sustentável mais eficaz, e porque a nova conjuntura política marcou uma dinâmica política nacional construtiva e responsável durante os

últimos quatro anos. Se me permitem, gostaria de vos convidar aplaudir de pé os dois arquitetos desta conjuntura política e deste consenso político: o Maun Bo'ot Kay Rala Xanana Gusmão e o Camarada Mari Alkatiri!

O espaço entre as divergências e as discussões havidas, tem-nos permitido decidir o melhor para o povo e para o país. Fazemos votos que este continue a ser uma referência para os futuros Governos.

Mas este consenso político acarreta mais responsabilidades para os Órgãos de Soberania, não só para aqueles a quem cabe a execução do orçamento e a implementação dos programas, como também para aqueles que têm a responsabilidade de o fiscalizar.

Para o Governo, esta unanimidade representa, como já foi mencionado, um voto de confiança, voto esse que o VI Governo, até ao último dia do seu trabalho, vai querer honrar, trabalhando com ainda mais empenho para o Povo e para a nação.

Por último, e porque provavelmente esta é a última oportunidade de me dirigir pessoalmente a Vossas Excelências antes da quadra natalícia que se aproxima, gostaria de desejar a todos, às respetivas famílias e à Nação, um Santo e Feliz Natal e um próspero ano de 2017, com um forte abraço do VI Governo Constitucional.

Bem hajam.

9 de Dezembro de 2016  
Dr. Rui Maria de Araújo